

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

SEVERINO MONTENEGRO
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Severino Montenegro (SM)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC), Luiz Octávio Coimbra (LO)

Data - 16/03 e 24/08/1987

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 2h30min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

MONTENEGRO, Severino. *Severino Montenegro. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1987. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 52p.

Resenha biográfica

Severino Montenegro nasceu em Olinda, Pernambuco, a 9 de maio de 1911. Seu pai era dono de uma usina açucareira. Entre seus três irmãos Severino Montenegro é o mais velho. Coursou o primário na usina e o curso secundário no Colégio dos Irmãos Maristas.

Em 1928, iniciou seus estudos na Faculdade de Engenharia de Recife, concluindo o curso em 1932. Casou-se em seguida e um ano depois mudou-se para o Rio de Janeiro, ingressando no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) como atuário, por indicação do então Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães. Nesta ocasião, criou o serviço atuarial do IAPC, que mais tarde transformou-se em Diretoria de Atuária e Estatística, da qual foi seu primeiro e único diretor.

Em 1945, participou da Comissão de Estudo sobre a viabilidade atuarial do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB). Com a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em 1967, e face à inexistência de um departamento atuarial no recém-criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), passou a trabalhar no serviço atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Em 1974, com a criação do Ministério da Previdência Social (MPAS), assumiu a chefia da Coordenadoria Atuarial deste ministério. Exercendo diferentes atividades na Previdência Social.

Sumário

1ª Entrevista

Data: 16/03/1987

Fita 1 – O ingresso no IAPC; origem familiar; lembranças da infância; o Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho; o significado da atuária no Ministério do Trabalho; o início do trabalho no IAPC; a criação do serviço atuarial do IAPC; a função do Departamento Nacional do Trabalho (DNT); os novos métodos utilizados pelo serviço atuarial; lembranças da infância; lembranças do pai; a política em Pernambuco no início do século XX; formação religiosa; lembranças do Colégio Marista; influência familiar na opção profissional; o ingresso na faculdade de engenharia; comentários sobre a Revolução de 1930; expectativas e atividades do curso de engenharia; o trabalho no IAPC.

2ª Entrevista

Data: 24/08/1987

Fita 2 – O corpo de atuários do Ministério do Trabalho; comentários sobre João Carlos Vital; atuação como membro da comissão que formulou o ISSB; avaliação do ISSB; o Plano Beveridge; comentários sobre o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e IAPC; assistência médica na Previdência Social; a contribuição dos segurados para a assistência médica do IAPC; a construção do Hospital dos Comerciários (atual Hospital de Ipanema); a unificação dos institutos e a extinção dos departamentos atuariais; a relação entre os sindicatos dos comerciários e o IAPC; a política habitacional do IAPC; o ingresso no IAPC; a ligação com Agamenon Magalhães; origem familiar; o envolvimento do pai com a política pernambucana; posicionamento político; a participação da direção colegiada no IAPC; avaliação dos IAPs no período da unificação; a hegemonia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) na unificação; a desvalorização dos atuários com a unificação; o retorno ao Ministério do Trabalho como atuário, na gestão de Júlio Barata; as viagens internacionais a serviço da Previdência Social; comparação entre o sistema previdenciário brasileiro e os estrangeiros; avaliação atuarial dos IAPs; o trabalho de elaboração de legislação previdenciária para o trabalhador rural; comentário sobre os convênios desenvolvidos pelo IAPC na área da assistência médica; a incidência de tuberculose entre os comerciários; o gosto pela literatura e pela arte; comentário sobre a regulamentação dos serviços médicos do IAPC; a qualidade da assistência médica no IAPC.

Fita 3 – A qualidade da assistência médica no IAPC; referência à arrecadação do IAPC; comentário sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Data: 16/03/1987

Fita 1 - Lado A

SM - Eles inventaram, engenheiro podia fazer concurso pra atuária também, porque naquele tempo a matemática toda estava na mão dos engenheiros e a atuária não é mais do que matemática pura.

NM - E quando o senhor foi fazer esse, foi pro IAPC [Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários] trabalhar como atuário o senhor sabia o que era atuária, o senhor conhecia?

SM - Nunca vi, não sabia absolutamente nada, eu era amigo do Ministro Agamenon Magalhães, ele foi meu padrinho de casamento, isso foi nos idos de 1923, quando eu me casei.

LO - Quer dizer que o senhor se casou no ano da Lei Eloy Chaves?

SM - Da Lei Eloy Chaves, me casei nesses idos, ele foi meu padrinho de casamento, então ele ficou numa obrigação, porque ele tinha sido nomeado Ministro do Trabalho, ficou na obrigação de me arranjar uma colocação. Uma vez ele me chamou e disse: “Olha colocação para engenheiro é muito difícil, mas eu vou lhe dar uma colocação num desses Institutos que estão sendo criados de matéria atuarial, isso é, você tira de letra”, ele disse, “Porque isso é matemática, pura matemática.”

NM - Quando o senhor foi trabalhar no IAPC, por exemplo, o Luiz Octávio citou o fato de que em 1923 foi criada a Lei Eloy Chaves...

SM - Foi criada a Lei Chaves.

NM - O senhor antes de trabalhar no IAPC o senhor se preocupava com questão da Previdência Social, o senhor se preocupava com a Lei Eloy Chaves, isso era assunto de seu interesse?

SM - Não, não era do meu interesse nenhum, eu nem tinha noção exata mesmo do que fosse a Previdência Social, mas logo depois, como eu tinha muita garra naquele tempo, eu me segurei na matéria e passei a ser um dos poucos conhecedores, eu digo poucos não é, porque... porque essa matéria... hoje tem muita gente já na atuária, mas naquele tempo não tinha. Eu me formei em engenharia na Escola de Engenharia de Pernambuco, sabe, aliás qual foi a minha turma? Tinha oito alunos.

NM - Então, para começarmos a bater papo nós poderíamos retomar um pouco, falarmos um pouco do senhor, de onde o senhor nasceu, da sua formação... Eu queria então apresentar: nós estamos na residência do doutor Severino Montenegro, primeira entrevista, convênio FIOCRIZ, Casa Oswaldo Cruz, INAMPS, o pesquisador Nilson Moraes, encarregado de levar a entrevista.

NM - O senhor nasceu aonde, o senhor se lembra?

SM - Eu nasci na cidade mais importante do Brasil: Olinda.

NM - Olinda, e o senhor nasceu em que ano?

SM - Nasci 9 de maio de 1911, é 1911.

NM - 1911, o senhor foi educado, criado em Olinda?

SM - Não, o que acontece é o seguinte: eu venho de família ligada à produção agrícola e açucareira do Nordeste e meu pai morava na usina, uma pequena usina que ele tinha e nessa pequena usina me desenvolvi, estudei, como é que se diz, o curso primário e passava as férias no município de Carpina.

NM - O senhor era filho único?

SM - Não, eu tinha quatro irmãos.

NM - E todos eles também viviam na usina?

SM - Não, eu era o mais velho.

NM - O senhor era o mais velho...

SM - Eu era mais velho, todos viviam na usina.

NM - Foi ali que o senhor começou a estudar?

SM - A estudar, a usina era uma coisa importante. Não era uma usina completa, mas era uma usina parcial, eu me divertia muito em ver a fusão do mel para fazer o açúcar, as turbinas...

NM - O senhor se lembra como era esse processo ainda hoje?

SM - Me lembro, aquilo vem da cana, o carregador de cana naquele tempo já existia como existem hoje com os caminhoneiros de cana. Naquele tempo era cavalo, eles traziam as canas dos municípios vizinhos que vendiam cana pros engenhos e o próprio engenho tinha terrenos e terras com cana, a cana colhida. Logo que ela ficava no ponto, era amadurecida, esmagada num fosso e saía aquela calda toda. Dessa calda que ia para ser tratada pelo químico e passada pelas turbinas, de onde ela saía depois de algum tempo de rodagem, em açúcar, o açúcar cristal, o açúcar não era açúcar refinado.

NM - O fato do senhor ser o filho mais velho dessa família lhe dava alguma obrigação extra?

SM - Não, não tinha obrigação extra não, a minha obrigação toda foi dada sempre pelo meu pai, meu pai sempre nos... tratou da família toda, quer dizer, até minha formatura. Na minha formatura eu não fiquei lá em Pernambuco porque noivei e a minha noiva era do Rio de Janeiro e vim me casar no Rio de Janeiro.

NM - Como é que era a vida no engenho, o senhor, os seus irmãos, o senhor brincava de que, o senhor fazia o quê?

SM - Brincava de papagaio, eu já era mais velho, caçava passarinho.

LO - Nilson eu vou deixar vocês, eu tenho que ir no hospital e a fita está rolando, a outra fita está aqui que você pode usar, ela vai voltar sozinha, ele grava na ida e volta...

SM - Agora vocês me arranjaram isto porque agora vem o momento de questionar...

LO - Deixa rolar, é mais fácil, pode deixar.

SM - Eu tenho um... comprei a pouco tempo um livro...

LO - O senhor está com o microfone...

SM - Microfone... não posso sair não?

LO - Pode, vai ter que tirar o microfone.

SM - Esse livro é importante porque saiu há pouco tempo...

LO - Eu vou deixar o senhor, vou deixar aqui...

NM - Mas o senhor estava falando do Quartim Pinto de Moura.

SM - É, o Gastão Quartim Pinto de Moura ele já trabalhava lá, porque quando... a Previdência Social foi criada ela foi ligada ao Ministério do Trabalho, o Ministério do Trabalho que eu fiscalizava a Previdência Social e no Ministério do Trabalho havia um Conselho Atuarial que reunia atuários deles ou Conselho Atuarial e o Conselho Atuarial era um serviço e dos Institutos que tinha cada um seu atuário também fazia parte desse Conselho Atuarial. Eu fiz parte desse Conselho Atuarial muito anos e Gastão era um grande elemento, mas Gastão foi, envelheceu mais depressa do que eu e ele estava lá no Conselho, quando houve a fusão do Ministério da Previdência Social, a fusão não, a Previdência Social tornou-se independente do Ministério do Trabalho, não é? Ficou com o Ministério da Previdência Social mesmo, aí se fez o conselhozinho atuarial semelhante ao conselho antigo, embora já não tivesse mais os mesmos valores e não tivesse a importância que ele, o primeiro conselho, teve. Porque o primeiro conselho teve uma importância, ele era tão importante que eram respeitados seus pareceres, o próprio ministro aprovava, o conselho era da hierarquia do Departamento Nacional de Previdência Social, ele tinha a mesma hierarquia.

NM - É... para um leigo, uma pessoa que desconhece o que é atuária... o que é atuária? O senhor podia nos explicar qual a sua função?

SM - Eu vou dar-lhe um trabalho que você lê é sobre... é muito pequeno não é grande, eu me notabilizei fazendo trabalhos curtos sobre...

NM - Bom, então o senhor, como é que o senhor caracteriza a atuária?

SM - Eu tenho uma definição de atuária, própria minha, nesse trabalho, que a atuária a ciência que mede... agora já me esqueci.

NM - Quer dizer a palavra queria caracterizar a possibilidade de medir...

SM - É o que acontece é o seguinte: de medir o ... esqueci, está vendo...

NM - Medir e projetar, mais ou menos isso?

SM - Não, não, atuária não. É uma ciência que nasceu do seguro privado, e do seguro privado depois se socializou para seguro social e tomou um outro rumo porque ela passou a encarar já o problema não individual. O seguro privado pega o indivíduo, a atuária não. A atuária pega as massas, ela mede as avaliações atuariais, isso eu devia ter preparado, trazido aqui, a livraria que eu tenho aqui pra mostrar, mas pra procurar isto, eu não estou em condições de procurar isto assim, né?

NM - Sei e quando o senhor começou a trabalhar na Previdência Social qual era o grau de avanço dessa ciência?

SM - Aqui no Brasil muito pouco.

NM - Na verdade foram as próprias pessoas que...

SM - A atuária foi feita por alguns engenheiros que fizeram o concurso pro Ministério do Trabalho.

NM - E esses engenheiros eles tinham um... o senhor falou que o senhor não conhecia a Previdência Social e os outros engenheiros? Eles conheciam?

SM - Tinham noções muito vagas também da Previdência Social, o IAPC foi o primeiro, o segundo instituto que se fez, grande instituto que se fez no Brasil.

NM - E o senhor e os outros engenheiros, os outros atuários possuíam uma visão crítica da vida política nacional conseguiram dar uma dimensão social a essa atuação?

SM - Conhecia uma visão crítica, tinha, relativamente, não era uma coisa completa mas o atuário envolvia a estatística, envolvia um pouco de economia de modo que, ela partia, parte dos valores atuais para medir o custo do prêmio do seguro, porque um instituto de seguro social não é mais de que o seguro coletivo daquela massa, quer dizer, ela vai ter o que, ela vai ter aposentadorias, vai ter pensões, vai ter assistência médica, vai ter essas coisas todas, tudo isso é medido em custo, através da folha de salário, medida através da folha de salário ela deve ter o prêmio e deve pagar.

NM - Então, quer dizer, na verdade por desconhecerem o que seria atuária, vocês construíram todo um conjunto de noções do que seria atuária e passaram com isso a orientar todo um conjunto de noções do que seria atuária, com isso passaram a orientar outros setores.

SM - Aplicada ao seguro social, não é? Porque a atuária existia muito mais, há muito mais tempo que na França, na Inglaterra nessa coisa havia os institutos, quer dizer, os atuários agregados em institutos, como o engenheiro, como qualquer profissão, eles já eram

profissionalizados como atuário. Agora geralmente lá aquilo começou como seguro privado, porque o atuário media, o senhor vai fazer, por exemplo, um seguro de vida, um seguro privado, você tem que estar em boas condições físicas e ter a sua idade. A sua idade gera uma anuidade, há uma tábua de mortalidade, por essa tábua de mortalidade se faz o cálculo do custo do seu, desse, de seu seguro de vida. Isso o seguro de vida privado, abandonando essa questão de seguro privado para o seguro coletivo a massa toda é abrangida no custo.

NM - O senhor foi trabalhar na Previdência Social nomeado pelo Agamenon Magalhães, o senhor vai trabalhar no IAPC, exatamente no momento em que é criado o IAPC e nesse momento foram criados outros institutos?

SM - É, não, eu não fui, eu não fui nomeado no momento que foi criado o IAPC, quando eu fui nomeado, o IAPC já existia, quer dizer, alguns meses, quem criou o serviço atuarial do IAPC fui eu. Porque eu entrei lá sem saber o que ia fazer, depois que eu descobri que o que eu tinha que fazer era zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dessa instituição. Então criei um serviço que foi logo levado à diretoria de atuária e estatística e eu fui o primeiro diretor.

NM - O senhor nesse momento, o senhor conhecia outros atuários, passou a conhecer outros atuários em outros institutos?

SM - Olha, quando eu vim pro Rio de Janeiro eu não conhecia nenhum, nem sabia que existia atuário no Rio de Janeiro, mas logo aqui, com essa nomeação do Agamenon eu fui me aproximar lá do Ministério do Trabalho e fui logo tomando conhecimento dos atuários coletivos, quer dizer, dos atuários sociais como era chamado. Porque esses atuários da Previdência Social são chamados atuários sociais em contraposição com o atuário da companhia de seguros que é o atuário individual que calcula prêmio para um determinado indivíduo de que fazem determinados seguros, fazem qualquer seguro e calcula prêmio, seguro de incêndio, seguro de coisa e nós não fazemos isso. Nós fazemos uma avaliação do conjunto, daquilo que o instituto dá, o Instituto dá aposentadoria, dá pensão, dá auxílio natalidade, dá auxílio funeral, dá auxílio, essas coisas... e fazemos avaliação desse conjunto e damos uma taxa de prêmio para ficar na lei, quer dizer, o segurado paga uma determinada importância sobre o seu salário.

NM - Então, num primeiro momento, houve troca de experiências entre o Ministério do Trabalho e os recém-criados IAPs?

SM - Não, troca de experiência entre nós e o Ministério, dos institutos e do Ministério do Trabalho que já havia o órgão lá porque já havia Instituto. O Instituto dos Bancários já existia e então eles fizeram já o Departamento Nacional do Trabalho. Naquele tempo era o Departamento Nacional do Trabalho, ele tinha o seu controle sob as instituições de Previdência Social que existiam ou iam existir, a última que foi feita em 1938, foi o Instituto dos Industriários.

NM - A partir desse momento o senhor entrou para a Previdência Social. O senhor acompanhou a criação dos outros institutos, o senhor teve interesse?

SM - Acompanhei porque nós, por exemplo, os métodos passaram a ser métodos coletivos e não há mais seguro privado, individual, métodos coletivos. Então nós aprendemos com os alemães, atuários alemães a fazer a medição dessa coisa, fazer um censo, atribuir a percentagem de risco que cabe a cada segurado por idade, distribuir essa massa por idade,

verificar a soma dos encargos e a soma da percentagem dos salários aplicados, a massa salarial, é o que se chama a folha de salário, que é a base de todo seguro social dos institutos, da folha de salário.

NM - No caso do IAPB, sempre que se fala no IAPB fala-se que ele foi criado, ou ele é resultado direto de uma greve dos bancários que exigiam a criação de um instituto de aposentadoria e pensão. Outras categorias também exerceram algum tipo de pressão para criação de um...

SM - Não, ah, exerceram, mas eu não, não tomei parte nessas pressões. Eu entrei já depois, o instituto dos Comerciantes, por exemplo, já tinha os seus sindicatos, a sua gente que pensava na segurança dos próprios empregados e forçava o governo a criar os institutos. Então foram-se nascendo os institutos, a base era profissional naquele tempo.

NM - Seguia-se algum modelo existente em algum outro país?

SM - Existia, por exemplo, na França existia o Instituto dos Trabalhadores de Comércio; na Inglaterra também tinha, existiam esses institutos também. Agora não sei como eles fizeram lá depois de nós, porque aqui andamos com isso muito tempo, muitos anos, como institutos, mas depois houve uma fusão, e a fusão fundiu toda a massa num só, numa massa só.

NM - INPS.

SM - E... o Instituto passou a ter...

NM - Senhor Severino eu gostaria de voltar um pouco atrás porque nós estávamos começando a falar sobre a sua infância e eu achei bastante interessante a descrição que o senhor fez sobre o mundo do açúcar, o mundo do engenho e eu queria explorar um pouco mais as suas lembranças, da sua infância e da sua família e da própria cidade de Olinda...

SM - A própria cidade de Olinda. Nós fomos morar em Olinda porque o meu pai sempre que tinha um filho por nascer ia pra Olinda que ficava a seis quilômetros de Recife e, portanto, era mesmo que uma, uma arrabaldezinho que tinha toda assistência médica necessária...

NM - O senhor falou que teve uma vida normal de criança, soltava pipa, né?

SM - Soltava pipa, papagaio essas coisas todas e caçava até passarinho quando eu fiquei mais um pouco, mais taludo, mais talentoso, mais velho, eu já, já fazia até, caçava mesmo com aqueles empregados da coisa, fazia, entrava lá na caça de certos animais que... domésticos.

NM - Como era a usina do seu pai?

SM - Como era a usina do meu pai? A usina era um, como se pode dizer? Houve primeiro os engenhos, esses engenhos que faziam rapadura, faziam essas coisas assim, esses negócios todos e não fazia açúcar, depois passaram a fazer a coisa açucarada mas depois eles se lembraram de automatizar isso e transformar...

NM - Em usinas?

SM - Em usinas, grandes usinas para fazer logo o açúcar, para exportar.

NM - O senhor chegou a viver essa transição do engenho para a usina?

SM - Cheguei.

NM - Essa modernização, o senhor não se lembra dos efeitos sociais, econômicos que essa modernização provocou? Por exemplo, não provocou desemprego, não provocou a ruína, a falência de algumas?

SM - Ao contrário, muito pelo contrário, havia muita mão-de-obra se oferecendo, desempregada, essa mão-de-obra foi toda aproveitada nos engenhos, depois mais tarde nas usinas.

NM - O senhor era o único filho homem?

SM - Não, os meus irmãos eram dois homens e uma mulher.

NM - E, por exemplo, qual é a lembrança que o senhor tem do seu pai? Quando nós lemos a literatura que nos apresentam sobre o Nordeste a figura do fazendeiro é sempre um homem sério...

SM - Não, o meu pai era um homem culto, era um homem político, ele foi político, ele foi até deputado estadual.

NM - Por que legenda? O senhor se lembra?

SM - Não, não me lembro, era do Rosa e Silva.

NM - O senhor se lembra das posições políticas dele?

SM - Não, não me lembro não.

NM - Do movimento de políticos, de campanhas em sua casa?

SM - Não, vinha muita gente, mas eu não tomava conhecimento, era muito criança.

NM - Ele era um homem culto, então?

SM - Ele era um homem culto e como é que se diz, e um ótimo “causer”, falava muito as histórias, ele estava muito mais apto do que eu para dar uma entrevista.

NM - E sua mãe?

SM - A minha mãe ela... daquelas famílias nordestinas de mais, de posição mais alta, a classe, classe média...

NM - Como era o ambiente familiar? O senhor se lembra?

SM - O ambiente familiar?

NM - As conversas, as viagens em comum...

SM - Eu tinha muita pouca recordação porque o que acontece é o seguinte: as crianças eram, tinham um tratamento conveniente e tinha muito empregado, cada criança tinha a sua empregada essa coisa toda, cada um, por causa... e dessa forma nós vivíamos uma vida de criança, uma vida de menino, brincadeiras de menino, essas coisas todas.

NM - O senhor falou que o seu pai foi político.

SM - Meu pai foi po...

Fita 1 - Lado B

SM - Luiz Rosa e Silva foi um político pernambucano.

NM - Qual o papel de Rosa e Silva em Pernambuco?

SM - Pernambuco, o papel de Rosa e Silva em Pernambuco era o mesmo papel que cada estado tinha sempre um político de mais alta classe que estava ligado ao governo federal, ao Governo Federal, quer dizer, ao Governo Monárquico e o governo depois, o Governo Republicano. Rosa e Silva já não foi, acho que foi, já foi do tempo ainda da Monarquia.

NM - Ele representaria aquilo que os historiadores chamam de oligarquia?

SM - Era, as oligarquias, eles controlavam os coronéis do interior e faziam aquelas oligarquias em favor do governo, tanto assim que o governo tinha sempre o controle geral do país na mão, através das oligarquias, foi pra essas, contra essas oligarquias se fez a Revolução de 30, não é?

NM - O seu pai era um político, sua mãe...

SM - Meu pai foi um político.

NM - Foi um político, e sua mãe é...

SM - “Major” de casa.

NM - Era, mas ela teve uma origem familiar tradicional e o senhor nunca pensou em fazer política?

SM - Eu? Eu era muito criança ainda. Meu pai casou tarde, minha mãe casou tarde, quer dizer, eu era menino ainda quando eles já estavam abandonando, meu pai estava abandonando a política. Basta dizer o seguinte, ele deixou, quando houve o General Dantas Barretos que interveio no estado de Pernambuco por ordem do presidente da época, era aquele general, como era o nome dele, desse general... aquele general que brigava muito com o Ubê Lopes, brigava muito não, era muito elogiado pelo Ubê Lopes e o Rui Barbosa fazia caricaturas a esse respeito, o segundo presidente, o presidente Hermes da Fonseca. O Hermes da Fonseca interveio em vários estados colocando homens da confiança dele no lugar dos antigos donos

dos estados e meu pai não abandonou Rosa e Silva, mas também abandonou a política daquele tempo. Deixou de ser político, nunca mais foi.

NM - Por exemplo, em sua formação a religião teve um papel, a religião teve um papel muito importante?

SM - Teve, teve um papel importante porque eu escolhi, eu estudei em colégio da, já mais garoto, estudei em colégio de Irmãos Maristas e eu tive uma formação muito religiosa naquele tempo, meu era o extremamente religioso, quer dizer ia à missa constantemente, me levava pra aquelas coisas da Semana Santa, aquela coisa, eu gostava daqueles cantos, aquela coisa, mas eu sempre tive um espírito crítico e científico, eu não admitia o que a Bíblia dizia, o que eles me ensinaram foi o seguinte. Deus Criou o Céu e a Terra, ora o Céu até hoje ninguém sabe como é que estou falando... cada dia se, aparece uma galáxia nova, e esse, e isso naquele tempo eles conheciam só o Céu e a Terra mesmo, com as estrelas, essa coisa, então tinha que descrever o que conhecia.

NM - Como era a vida, como que era o cotidiano de uma instituição Marista?

SM - Era uma instituição parecida com constituição do padre só que tem que eles não eram padres, eram irmãos.

NM - O senhor fez muitas amizades, o senhor foi bom aluno?

SM - Eu fui bom aluno, aliás eu fui bom aluno e fui bom aluno na escola de Engenharia também.

NM - Junto aos irmãos Maristas o senhor teve algum professor por exemplo ou alguma disciplina que mais lhe interessava?

SM - Interessava muito a disciplina literária, eu adquiri um conhecimento literário através daqueles poetas daquela época e fui me impressionando pela poesia e cheguei a fazer poemas e uma parte não tão publicada e traduzi todo o Heredia, o José Maria de Heredia, francês.

NM - Mas como então o senhor que tem uma preocupação literária, estética o senhor acabou se formando em engenharia?

SM - Eu tinha poucas opções, eu era, eu tinha uma qualidade nata pra matemática, então resolveram que eu devia me formar em engenharia e meu pai...

NM - O senhor falou *eles* resolveram?

SM - É, a família, não é? Eu devia me formar em engenharia porque eu tinha já, desde menino uma vocação pra matemática. Meu pai viveu pouco depois de abandonar a política e quando ele abandonou a política em 1911, eu nasci, e eu nasci... Ele viveu pouco, muito pouco, morreu com 52 anos e ele mudou a minha orientação de vida porque eu ia me formar em Engenharia e como ele tinha recursos eu ia estudar na Europa... assunto sobre engenharia, ponte, calçada, essas coisas assim e seria um engenheiro bitolado, não é? Mas a morte dele veio antes, então...

NM - Quer dizer que o senhor atribui à sua família um peso significativo na opção que o senhor fez por engenharia?

SM - Atribuo.

NM - Se não fosse a presença da família talvez o senhor fizesse outra opção?

SM - Outra opção. Eram duas opções que eu gostava muito: matemática e a parte literária. Eu conheço os grandes mestres da poesia francesa, quase todos, traduzi muitos deles.

NM - Mas Pernambuco nos legou alguns dos maiores engenheiros que se dedicaram à política, ao jornalismo, à literatura e o senhor não quis fazer também esse percurso?

SM - Não quis não, eu era uma criança muito tímida, depois perdi meu tempo... passei meu tempo todo no IAPC, não é?

NM - Mas observando a sua casa nós verificamos a presença de litogravuras, xilogravuras. Essas litogravuras, xilogravuras têm alguma coisa a ver com o senhor? Foi o senhor que escolheu essas lito...?

SM - Tem, não fui eu que escolhi, minha senhora que escolhia.

NM - É... o senhor fez a faculdade de engenharia em Pernambuco?

SM - Fiz a faculdade de engenharia em Pernambuco.

NM - O senhor entrou pra faculdade mais ou menos em que ano?

SM - Eu entrei pra faculdade com 17 anos.

NM - Quer dizer 1928, o senhor...

SM - E formei-me em... não, entrei em 1927 e formei-me em [19]32.

NM - Quer dizer, de 1927 até 1932, ocorreram no Brasil diversos movimentos...

SM - Inclusive a Revolução Paulista. Primeiro houve aquele movimento do General Isidoro Dias Lopes em São Paulo; o que me marcou mais foi a Revolução Paulista. Eu vou lhe mostrar, foi esse, eu acho que guardei numa pasta (farfalhar de folhas de papel, pausa). E deixou dinheiro dividido pros filhos; eu tinha, mas não era muita coisa, mas tinha, dava pra comprar essa barata Fiat, foi a primeira que houve em Pernambuco.

NM - Mas o estudante com dinheiro e com carro, jovem, certamente bonito pelo que a fotografia nos demonstra, como é que era sua vida de estudante? O senhor era dedicado ao estudo ou aos namoros?

SM - Não, eu namorava muito também porque era naquele tempo era aqueles filhos de senhores de engenhos e de coisa que geralmente tinham automóvel, aquela coisa toda, mas não era essa fotografia que eu ia buscar não, isso aqui é fotografia da velhice!

NM - Quer dizer, nós estávamos falando que o senhor entrou na Faculdade em 1927 e ficou até 1932, nesse momento nós verificamos dois ou três fatos da maior importância que vai

desde da Revolução mesmo de 1930, até a Revolução, a chamada Revolução Constitucionalista.

SM - 1930, a Revolução de 1930 nos ajudou bastante. Eu fui à custa do governo, visitei as obras contra a seca daquele tempo do José Américo de Almeida, eu vim para o Rio a convite do Olegário Maciel, visitei aqui a estado de Minas [Gerais], mais ou menos aquelas partes importantes de Ouro Preto, aquela coisa e aquela mina de Morro Velho, aquelas coisas todas, eu fui ao Rio Grande do Sul...

NM - O senhor se lembra de 1930 em Pernambuco como é que foi? A participação popular num movimento revolucionário, houve resistências ao...

SM - A resistência em Pernambuco foi muito pequena, porque o que acontece foi o seguinte: o Luiz Carlos Prestes já andava por perto e Juarez Távora tomou conta do setor do Nordeste, dali de Pernambuco, Paraíba, aquela coisa toda e eles deram uma revolução fulminante e que foi parte importante. O pai desse Agildo Barata, chamado também Agildo Barata e eles assassinaram o Coronel Lavamerio Wanderley e aquelas coisas todas e todo mundo aderiu à Revolução de 1932, de 1936.

NM - O senhor se lembra na Faculdade qual foi a reação, os comentários?

SM - Os comentários eram sempre favoráveis à Revolução, não é?

NM - Formavam-se batalhões de estudantes?

SM - Não, que batalhões de estudantes (risos).

NM - Pra defender o Movimento de 30?

SM - Não, não.

NM - Não se pensava em vir ao Rio de Janeiro?

SM - Não, não.

NM - Ou a São Paulo?

SM - Aquilo foi muito calmo em Pernambuco, o que mais aconteceu de grave em Pernambuco foi o assassinato de João Pessoa e depois o de João Dantas quando houve a revolução. Ele estava preso na cadeia e quando houve a revolução eles mataram o João Dantas, que foi quem assassinou João Pessoa, João Pessoa era um ídolo.

NM - Como era o mundo do estudante da Faculdade de Engenharia de Pernambuco nesse momento? Quais eram as suas fantasias, as pretensões dos jovens engenheiros nesse momento?

SM - Eu procurava estudar bastante engenharia, essa coisa toda, porque estava ligado a ela e queria me transformar num bom... o Brasil tinha muita ponte pra fazer, muita coisa para fazer. Eu queria ser engenheiro de pontes e calçadas, nunca pensei em edifício, não é? Naquele tempo era muito exíguo esse negócio de edifício, espigão...

NM - Ser engenheiro era, de alguma forma, aderir ao lema, construir estradas...

SM - Construir estradas, eu trabalhei muito naquela ponte do Pina como estudante de engenharia.

NM - Além disso, por exemplo, a questão cultural, a questão artística, existia um envolvimento dos estudantes com os grandes temas, com os grandes debates intelectuais que se fazia no Brasil?

SM - Não, era muito pequena a coisa, isso existia mais na Faculdade de Direito onde era grande... a Faculdade de Direito já tinha os seus 80 alunos mais ou menos já; o pessoal tinha mais ideias formadas sobre esse negócio de política, faculdade, escola de engenharia era inteiramente estranha a essa parte política, não é?

NM - Atuação ideológica partidária?

SM - Não havia...

NM - Não existia.

SM - Não existia, eu sei que...

NM - E, por exemplo, nesse momento em que o senhor está em Recife estudando, quais são as lembranças que o senhor tem de Recife? Dos bairros, da cidade, cafés, bares...

SM - Ah! Eu tenho... Eu tive uma vida muito fácil, não é? Muito fácil porque eu era considerado rico como estudante, diz aquele negócio quem passou pela vida de estudante e quebradeira viu e não conheceu, tem aquele negócio do Francisco Otaviano...

NM - Por exemplo, a atuação dos comunistas em Pernambuco nesse momento?

SM - A atuação dos comunistas em Pernambuco foi posterior.

NM - Posterior.

SM - Posterior, o governo já estava formado quando houve em 1931 um golpe dado pelo próprio Agildo Barata que tinha e outros elementos que tinham feito a revolução em Pernambuco, mas aí eles não tinham força pra... houve no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e aqui pro Sul, não houve mais nada.

NM - Então... agora o senhor destacou pelo que eu senti 1932, o Movimento Paulista, teve pro senhor um peso bastante grande...

SM - Teve mesmo, porque naquele tempo não havia avião, nós viajávamos ao Araguá, nesses vapores da ITA, essas coisas assim e como estudante de engenharia, eu viajei em quatro excursões, excursões de trabalho, de reconhecer os ambientes e procurar no lugar coisas de engenharia, compreendeu? Mina de Morro Velho por exemplo, eu visitei a Mina de Morro Velho até embaixo, lá em Minas. Então eu fui ao Rio Grande, fui à Minas [Gerais], isso em várias etapas, quatro etapas. Fui à Minas [Gerais], fui à Ilha de Fernando de Noronha, fui às

obras, visitei as obras contra a seca todas. Neste tempo fazia-se açudes, até eu tenho um estudo do problema no Nordeste, eu escrevi um relatório pra Escola de Engenharia de Pernambuco. Fui eu que me lembrei naquele tempo de jogar água do [Rio] São Francisco no [Rio] Jaguaribe pra tornar o rio perene, essas coisas todas, quer dizer, isso já se falava, eu aventei essa idéia pra ver se debelava a seca no Ceará.

NM - Qual era a imagem que o senhor tinha, como estudante, como homem que viajou muito neste momento, qual era a imagem que o senhor tinha do Brasil, como que o senhor se via diante desse país?

SM - Eu me via meio acabando..., um sujeito privilegiado como eu fui, porque o Brasil era um país muito pobre nessa ocasião... aqueles trabalhadores não tinham calçados, camisa...

NM - O senhor era otimista em relação a este país?

SM - Otimista não, eu sempre fui pessimista, continuo sendo pessimista e essa questão do meu pessimismo, negativismo me deu muitas encrencas com os padres lá do colégio porque ele queria que eu acreditasse, por exemplo, que o mundo fosse, foi criado daquela forma, e eu já não cria, não acreditava muito que podia ser assim. Eu era evolucionista já naquela época, sem saber ainda o que era evolucionismo, sem ter lido livro sobre a evolução.

NM - O senhor leu que livro sobre a evolução?

SM - Qual é esse inglês que foi o chefe da evolução...

NM - Mendel.

SM - Não, não é Mendel não, estou me esquecendo muito das coisas, depois eu me lembro.

NM - Quer dizer o senhor era caracterizado como pessimista, quer dizer, negativista, mas no entanto o senhor, para ser engenheiro, o senhor não achava que dependia do progresso material e como é que o senhor conciliava o negativismo com o crescimento...

SM - Não, não, negativismo é filosófico, não era com relação às coisas concretas.

NM - E o senhor veio pro Rio de Janeiro se casar?

SM - Vim pro Rio de Janeiro para me casar.

NM - E o trabalho no IAPC foi a primeira atividade profissional do senhor?

SM - A primeira atividade profissional que eu tive foi o trabalho no IAPC, eu comecei com um trabalho mais inferior, mas logo passei a diretor do serviço atuarial porque ninguém conhecia o que era atuária. A única pessoa lá no instituto que podia saber o que era atuária, adaptar atuária a um Instituto de Previdência Social era eu. Nesse ponto eu tive uma vantagem sobre os outros, porque eu tinha vinte e poucos anos, já era diretor do serviço, os diretores mais moços tinham quarenta e tantos anos, os diretores de serviço, diretores de arrecadação, diretores de edifícios, essas coisas.

NM - Mas nesse momento o senhor já estava casado?

SM - Já estava casado.

NM - Já tinha vindo pro Rio pra se casar?

SM - Já tinha vindo pro Rio pra me casar.

NM - O senhor conheceu sua namo...

SM - Em Pernambuco.

NM - Namorada em Pernambuco.

SM - Pernambuco. Era filha do gerente do Banco do Brasil lá em Recife.

NM - E ela não quis ficar ou foi o senhor que não quis ficar?

SM - Não ele foi... não tinha lugar fixo não, o gerente. Gerente era um cargo em comissões, gerentes, escritores essa coisa que mudavam de vez em quando, ele teve ordem pra voltar pra...

NM - Quando o senhor chegou no Rio de Janeiro em 1933.

SM - Em [19]33.

NM - Qual foi a impressão que o Rio de Janeiro lhe trouxe?

SM - Cidade grande, porque o Recife era pequeno, não é?

NM - E isso era estimulante ou era aterrorizador?

SM - Não, era estimulante, mas o Rio de Janeiro era tão quieto, tão calmo, tão tranqüilo que junto de hoje nem se pode conhecer mais o Rio de Janeiro daquele tempo. Eu saía com essa barata Fiat para visitar esses pontos turísticos, essas coisas todas, deixava em qualquer lugar, deixava com a chave, deixava com tudo, nunca aconteceu com nada. Eu deixava na cidade, tinha sempre lugar pra ficar e nunca me aconteceu nada, de coisa nenhuma, naquele tempo não se pensava em roubar automóvel.

NM - Naquele tempo no Rio de Janeiro se fazia o quê?

SM - Fazia-se o seguinte: tinha jogo, tinha festas eu nunca dei pra festa porque eu fui um sujeito muito pouco musical. Eu fui como aquele poeta da “Vida e Morte de Severina”, como ele diz...

NM - João Cabral de Mello Neto.

SM - João Cabral de Mello Neto ele diz que também verseja esse negócio todo, mas tem dificuldade, por exemplo, da coisa porque não tem vocação musical.

NM - Mas o senhor chegou aqui e começou logo, imediatamente uma intensa vida social, uma vida social bastante intensa?

SM - Não, a minha vida não era tão intensa socialmente.

NM - A colônia pernambucana aqui no Rio de Janeiro era muito grande, muito conhecida?

SM - Não.

NM - Os seus companheiros de faculdade não vieram pro...

SM - Não vieram, ninguém veio. Depois, alguns anos depois, eles vieram pro Rio, entraram pros institutos, essa coisa toda.

NM - Inclusive nos institutos?

SM - Inclusive nos institutos, eu fui o pioneiro nesse negócio porque comecei, não é?

NM - O senhor se casa, vai trabalhar no IAPC, aí qual foi a pretensão imediata?

SM - Minha primeira pretensão imediata é, bom, fazer um plano que, primeiro organizasse o serviço, verificasse as necessidades do serviço e estabelecer esse plano para ser aprovado e depois começar a trabalhar nas avaliações atuariais dos institutos.

NM - Quando o IAPC foi criado, foi feito algum levantamento sobre a situação?

SM - Foi feito o dos Censos, censos comerciais, eu tenho aí alguns exemplares dos censos comerciais, mas eu não sei mais onde está. Eu vou lhe mostrar, o senhor quer ver a minha biblioteca como está?

NM - Quero.

SM - Está uma verdadeira palafita e a empregada... não escrevo mais porque... (pausa na gravação)

NM - O senhor foi presidente do Instituto Brasileiro de Atuária em que período?

SM - Ah! Já, eu fui muito tempo. Eu fui presidente do IAPC alguns meses... “Atuária é uma técnica valiosa e ignorada” o senhor leva isso e lê e tem aqui um artigo; não é matemático, é filosófico, tem a minha filosofia sobre a atuária.

NM - E a sua filosofia era amplamente aceita, o senhor sofria críticas?

SM - Sofria críticas, essas coisas todas.

NM - Que tipo de críticas que faziam?

SM - Não, porque o que acontece é o seguinte: primeiro achavam que o seguro não podia ficar assim barato, mas as condições do país não dava jeito pra dar, arranjar recursos. Nós duas vezes procuramos fazer isso, a contribuição, através da contribuição do empregador, quer

dizer, tanto, pagava tanto sobre o coisa, não tinha contribuição do empregado..., mas o Ministério do Planejamento não aceitou... vem aqui, esse artigo aqui, que eu não estou enxergando nada.

NM - (lendo) “Atuária é uma técnica valiosa e ignorada”, o senhor parte de Voltaire e discute também Pitágoras. Qual o sentido dessa preocupação em citar Voltaire e Pitágoras?

SM - Eu sempre tive essa preocupação de citação. Voltaire porque ele disse uma coisa só: “Eu sou majestade do acaso e direi tudo, e eu acredito no acaso”.

NM - O senhor acredita no acaso?

SM - No acaso, aliás eu devo ter uma definição aí de Atuária sobre o acaso... o médio tempo e o acaso...

Data: 24/08/1987

Fita 2 – Lado A

SM - Do Ministério do Trabalho muitos anos, e governou a parte atuarial do Brasil com os institutos, que eram separados, negócio do... Foram todos engenheiros civis, que fizeram concurso para o Ministério do Trabalho para lugar de atuário. Porque o atuário... sendo uma matéria que requeria grande estudo matemático, não havia curso no Brasil de atuário, e resolveram com a criação dos Institutos fazer um atuariado no Ministério do Trabalho. Quer dizer, abriram concurso, quem tinha condição de entrar para esse concurso era engenheiro civil, porque era o único que tinha base matemática capaz de estudar matemática atuarial.

LO - E os estudos vinham de onde? Eram franceses esses, os livros que o senhor lia, eram em francês ou inglês?

SM - Nos livros é... traduziram até livros em alemão. Mas os livros franceses tinham muito, agora mais era em inglês, não é? Depois de uma certa época, o livro francês era no princípio, mas depois era o ... porque a língua francesa saiu do campo, e entrou a língua inglesa, e o pessoal de 1940 e pouco, qualquer coisa, começaram já a estudar tudo em inglês, não é? Os livros passaram todos para inglês.

LO - Doutor Severino, o senhor está falando no dr. João Carlos Vital?

SM - Sim.

LO - Quem era o dr. João Carlos Vital pro senhor, quer dizer, o que...

SM - Doutor João Carlos Vital era um gaúcho, que foi chefe de Gabinete do Ministro Salgado Filho, que é o primeiro Ministro do Trabalho do Getúlio Vargas.

LO - Como é que ele conheceu o senhor?

SM - Espera aí (risos), isso aí, isso é uma coisa... Nessa ocasião o Getúlio [Vargas] reformulou o Ministério. O Salgado Filho já havia morrido num desastre de avião e nomeou para a Pasta do Trabalho uma pessoa que eu conhecia muito de Pernambuco, que tinha sido meu professor no Ginásio Pernambucano, Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães. Ouviu falar nesse senhor?

LO - Perfeitamente, senhor Agamenon Magalhães.

SM - Agamenon Magalhães. O Agamenon foi ser Ministro do Trabalho do Getúlio Vargas. Foi nessa ocasião que começou a se instalar o atuariado do Ministério do Trabalho e o João Carlos Vital ficou esperando que o Agamenon lhe desse essa admissão, de chefe de gabinete, porque ele não era homem da confiança do Agamenon, mas o Agamenon teve tanto pedido de Pernambuco para... lugar de chefe de gabinete. Já tinha tido algumas conversas com o João Carlos Vital e resolveu mantê-lo como chefe de gabinete, e ele passou a ser chefe de gabinete do Ministro Agamenon Magalhães. Aí eu, do meu conhecimento... dado o meu conhecimento com o João Carlos Vital dessa época, porque eu já tinha conhecimento com o Ministro, tinha sido meu professor em Pernambuco.

LO - É, o senhor foi trabalhar no IAPC, do IAPC o senhor é chamado para compor a Comissão do ISSB^{1*}, não é?

SM - É.

LO - O senhor falou, que eram engenheiros e atuários, que faziam parte da Comissão do ISSB.

SM - É, atuários do ISSB.

LO - Como é essa comissão se reuniu muitas vezes doutor?

SM - Não, não se reuniu muitas vezes não.

LO - Como é que o grupo de atuários podia fazer um plano para atender a uma massa segurada, que era a totalidade de população brasileira?

SM - Isso foi feito, mas não foi feito, na minha opinião com muita possibilidade não, tanto assim que o ISSB... pouco adiantou, ou alguém ligou para ele depois.

LO - O senhor acha que foi um traba...

SM - O trabalho da fusão, que se bem verificou muito depois, o INPS^{2**} só... fundindo os institutos todos, foi um trabalho muito mais eficiente, muito mais seguro, do que se eles fossem ampliar o trabalho do ISSB, porque o ISSB tinha muita coisa que... muita inovação, essas coisas todas, benefícios, que talvez o país não aguentasse e assim por diante.

LO - O senhor achava que não ia dar certo na época o ISSB?

SM - Achava.

^{1*} ISSB: Instituto dos Serviços Sociais do Brasil.

^{2**} INPS: Instituto Nacional de Previdência Social.

LO - Quer dizer, o senhor era um atuário, que participou da Comissão do ISSB e achava que ele não ia dar certo?

SM - Não ia dar certo.

LO - Os outros atuários também pensavam assim?

SM - Pensavam assim, mas o Vital estava interessadíssimo em criar um instituto geral de Seguridade Social e fez o ISSB. Mas o ISSB, logo depois que o governo Getúlio Vargas caiu, ele foi revogado, não é?

GH - Mas, quer dizer, então, o ISSB era uma ideia do doutor Vital?

SM - Doutor Vital, Instituto de Serviço Sociais do Brasil.

LO - E tinha alguém com ele, alguém acreditava que o ISSB podia dar certo? Porque o Doutor Vital acreditava, não é?

SM - Doutor Vital era um sonhador.

LO - Além dele tinha mais alguém, na Comissão do ISSB... O senhor acha que a Comissão do ISSB pode ter contribuído pro fracasso do projeto do ISSB?

SM - Não, não tinha não. A comissão não fez nada contra o ISSB não. O que acontece é o seguinte: muita gente não queria, não é? Muita gente importante não queria o... essa questão do ISSB (Inaudível) E logo que o Vital afastou-se por causa da saída do Getúlio [Vargas]. Quer dizer, eles revogaram o negócio do ISSB, foi revogada... quase logo de imediato.

GH - Mas porque não queriam o ISSB.

SM - O ISSB trazia umas inovações muito grandes, benefícios que propriamente a gente não... não achavam que era securitários.

LO - Era benefícios demais?

SM - Benefícios demais e que o Brasil não estava em condições de suportar porque a própria Previdência andou aos trancos e barrancos, não é?

LO - Mas o senhor mesmo não chegou a dizer, que era o Brasil naquela época, já tinha uma Previdência mais ou menos estabelecidas?

SM - É, tinha uma Previdência mais ou menos estabelecida, mas não era uma Previdência... que não tinha (inaudível), Previdência que dá auxílios, Pensão e Aposentadoria, e depois de algum tempo é que alguns institutos, o IAPC já tinha assistência médica, mas alguns tempos... alguns institutos deram assistência médica, e outros nunca deram assistência médica, como o Instituto dos Industriários. A assistência médica só foi unificada pro INAMPS^{3*} depois da fusão dos institutos.

^{3*} INAMPS: Instituto Nacional Assistência Médica da Previdência Social.

LO - Quer dizer, que o senhor avalia, que era realmente impossível implantar o ISSB.

SM - Não, impossível não, não era impossível implantar o ISSB, mas não seria uma medida de muita conveniência, na minha opinião.

LO - Quem que era contra o ISSB, o senhor lembra, se... que setores eram contra?

SM - Todos os setores de presidentes de institutos, de... políticos, essa coisa toda, era tudo contra o ISSB.

GH - O senhor acha que é porque eles iam perder os cargos? Se unificava, ia ser um só presidente?

SM - Eu não sei, eu só sei que depois se fez a fusão, e o INPS, justiça seja feita, funcionou melhor do que qualquer instituto isoladamente.

LO - Agora, um atuário trabalhando numa comissão para viabilizar o ISSB, não era um pouco contraditório doutor Severiano, no fato de o senhor não acreditar naquilo que o senhor estava trabalhando?

SM - Não, porque não estava... apenas para fazer um plano de extrapolações de valores, para ver a questão do equilíbrio de benefícios.

GH - E a parte jurídica? Quem é que fez? O senhor se lembra?

SM - Lembro sim, mas agora, não me lembro agora, eu não sei se...

GH - Eram advogados todos.

SM - Eram advogados, todos eles lá do Ministério.

GH - Todos do Ministério?

SM - É. Mas eu não, eu, por exemplo, outro dia o sujeito que trabalhou comigo no Ministério, do Nascimento e Silva ultimamente, eu já não me lembrava do nome dele.

GH - Luiz Gonzaga...

SM - Godofredo, chefe do... secretário-geral do Nascimento e Silva, primeiro secretário-geral, ele adoeceu no serviço.

LO - Mas daquela Comissão do ISSB, o senhor se lembra de algumas pessoas, que tenham participado ativamente da...?

SM - Geraldo de Faria Baptista, que foi um...

LO - Advogado?

SM - Advogado. Tinha aquele outro, que também era procurador do DNPS^{4*}, eu não me recordo mais o nome dele.

GH - Tinha algum médico participando?

SM - Tinha médico participando. Tinha. Hugo Alqueres Batista.

LO e GH - Hugo Alqueres Batista.

SM - É.

GH - Agora, todos os institutos participando, ou alguns institutos não queria...

SM - Não, não.

GH - Só do Ministério?

SM - O Vital escolheu... do Ministério. Escolheu o pessoal todo do Ministério, algumas pessoas dos institutos, não é? Mas é uma pena, a minha memória não dá para abarcar esses problemas todos.

LO - O senhor está nos contando coisas muito interessantes, e lembrando de pessoas interessantes. E, com relação ainda, à essa história do ISSB doutor, nessa Comissão, o senhor falou que foram poucas reuniões. O senhor tem memória se foram realmente poucas, se durou um ano?

SM - Foram... durou um ano mais ou menos, porque eram reuniões semanais, essa coisa toda, não era em regime de...

GH - Tempo integral?

SM - Tempo integral, era uma coisa mais ou menos a margem do que estava sendo introduzido, estava sendo feito no Brasil, era alguma coisa à margem, para ser depois implantado. E eu não me recordo, que ainda houve a renúncia, o afastamento do Getúlio Vargas, não é?

SM - Foi daí que o ISSB decaiu logo.

LO - Vocês estavam em períodos de reuniões ainda quando...

SM - Não, não.

LO - A lei já tinha sido aprovada?

SM - A lei já tinha sido aprovada. A lei era uma questão de vinte e poucos artigos ainda para ser regulamentada.

GH - Foi criada uma Comissão Organizadora, não é?

^{4*} DNPS: Departamento Nacional de Previdência Social.

SM - É.

LO - Mas essa Comissão Organizadora, que era da qual o senhor fazia parte... nessa...

SM - Não, Comissão Organizadora eu ainda não cheguei a fazer parte. Quando chegou a fazer, a ser criada essa comissão, que logo depois que saiu o Getúlio [Vargas], revogaram o ISSB.

GH - Acabou?

SM - Acabou.

GH - Agora, só uma pergunta, que esse período é o período de muita mudança na legislação social, previdenciária na Europa, não é? Na Inglaterra... Plano Beveridge. Isso teve influência no Brasil?

SM - O Plano Beveridge era um plano destinado a trazer a Previdência Social a todos os indivíduos, desde o berço ao túmulo.

LO - Mas teve influência no Brasil esse...

SM - Eu acho que não, não tinha tido não.

LO - O senhor teve contato, conheceu muito bem o Plano Beveridge, não é verdade?

SM - Conheci, eu tenho até aí em casa no... sou incapaz... se eu levar o senhor lá dentro, pro senhor ver como está a minha biblioteca. Eu não posso subir numa escada. Eu vou mostrar ao senhor lá, para ver como está. Sou incapaz de buscar onde é que ele está. Não, eu prefiro que o senhor me dê uma outra tarefa, outra coisa para... do que ir procurar um livro ali (risos).

LO - Não, o senhor não precisa procurar o livro na estante. Mas nós sabemos que dentro dos seus...

SM - Porque a estante... Eu tinha mania de acumular muito livro e a estante foi feita lá no quarto dos fundos, e tinha os livros de frente, aquela coisa toda. Guardava mais ou menos pelos assuntos diversos. De modo que, naquele tempo, era muito fácil para mim procurar um livro qualquer, mas depois os livros foram se acumulando, mais livro, mais livro. Aí ficou um livro atrás, outro na frente. Aí se tirava, botava, aquele negócio, a coisa. Depois houve uma mudança que a empregada foi limpar os livros, me atrapalhou tudo de uma vez, fez uma confusão completa.

LO - Senhor Severino, o Plano Beveridge teve influência pro senhor no seu trabalho? O senhor leu ele na época?

SM - Não li na época, e hoje inclusive tenho ele, não sei onde está, mas tenho.

LO - O senhor não defendeu o Plano Beveridge não?

SM - Não, eu achava que não era bom não, não era... uma situação assim, brasileira, propriamente dita.

LO - Não era para uma situação...

SM - Não era. O Brasil... poderia paulatinamente atingir a isso, mas esse negócio implantado indiretamente, não podia ser.

LO - É, então o senhor realmente era contra o ISSB mesmo, também porque o ISSB tinha essa proposta.

SM - Também. Nós todos de institutos e... que trabalhou com... tudo era realmente contra o ISSB.

LO - E aquilo era um delito? O João Carlos Vital participava de todas essas reuniões?

SM - Não.

LO - Nunca participava?

SM - O João Carlos Vital organizou uma comissão para estudar a viabilidade atuarial desse plano. Mas havia benefício, que nós não tínhamos, de nenhuma... experiência sobre ele. Os únicos benefícios que nós podíamos fazer a viabilidade atuarial eram os benefícios que já nos davam.

GH - É, não existia, por exemplo, algum outro plano estrangeiro, que o senhor, os atuários pudessem se basear para fazer o plano brasileiro?

SM - Não, geralmente os estudos... posteriores já foram calcados em algum plano...

LO - Mas o do ISSB não?

SM - Do ISSB não. O ISSB era um plano vasto e eu acho que nem na Inglaterra foi aplicado, não é?

LO - Mas o senhor chegou a essa comissão, encarregada de preparar os estudos atuariais, ela chegou a uma conclusão final, ela chegou a uma decisão?

SM - Não, ela chegou a uma primeira conclusão sobre o plano atuarial para os benefícios comuns, que se pagavam naquela ocasião. Fez-se esse plano. Daí se ficou em compasso de espera, até que o ISSB acabou primeiro do que outra qualquer decisão.

GH - Quando acaba o senhor está no IAPC?

SM - Não, nesse momento, eu estive no IAPC desde o começo, fui diretor do Serviço Atuarial do IAPC desde o começo até a fusão. Na fusão passei para o INPS, fiquei com a Coordenadoria de Estatística. Mas logo depois entra para o Ministério, o Ministro Júlio Barata, e o serviço atuarial estava precisando de um diretor. E ele me conhecia e me convidou para ser diretor do serviço atuarial. Eu fui seis anos diretor do Serviço atuarial do Ministério do Trabalho.

GH - Como é que o senhor avaliava o IAPC? Era um bom instituto, bem organizado?

SM - Não, o IAPC era sempre avaliado por avaliações atuariais, de 3 em 3 anos, fazia-se um censo, media-se a população, aquela coisa toda, e se fazia um cálculo atuarial para a avaliação do IAPC. Era um instituto equilibrado.

LO - Equilibrado?

SM - É, equilibrado.

GH - Agora, e frente aos outros institutos, como é que ele se situava? Era o melhor deles, como é que...

SM - Não, não se podia dizer, que fosse o melhor deles. Porque o Instituto abrangia aplicações de fundos, seja de exceções administrativas, essas coisas todas, não posso dizer. Mas atuarialmente talvez fosse o melhor.

GH - Fosse o melhor?

SM - Talvez fosse o melhor.

GH - Agora, tinha institutos muito pequenos, tipo os Bancários?

SM - O Instituto dos Bancários era bom, porque era muito pequeno, dava os benefícios mais largos.

GH - Então, em termos de benefícios era o que mais...

SM - É, era o que mais dava porque a arrecadação, que era a mesma dos outros institutos, mas feita para os bancários permitia mais avanço.

GH - Isso não criava ciúmeira dos segurados lá do seu Instituto dos Comerciais?

SM - Criava. Você vê, por exemplo, os bancários não compararam o Hospital da Lagoa?

GH - Isso criou um certo...

SM - Isso criou uma espécie de ciúmeira entre os... Nós tínhamos um Hospital próprio aqui em Ipanema.

GH - É o de Ipanema.

SM - Mas o Hospital da Lagoa foi o melhor hospital daquele tempo, a não ser o Hospital dos Servidores do Estado, que só veio a pertencer ao INPS, e aos institutos depois da fusão. O melhor hospital era o Hospital da Lagoa.

GH - Quer dizer, então, os comerciais às vezes reclamavam em relação a poucos benefícios, que aconteciam...

SM - Não, a Previdência foi sempre reclamada em relação aos valores mínimos de benefícios. Mas eles esqueciam que os benefícios eram calculados segundo os métodos estrangeiros de

cálculo de benefício sobre o salário. Se o salário era fraco, o benefício tinha que ser fraco. É a mesma coisa que está acontecendo com esse pessoal que entra como autônomo: tem uma tabela até 20 salários mínimos para ele escolher, no momento em que ele está ainda para entrar, essa coisa toda, ele se interessa muito para contribuir sobre um salário alto, porque ele vai pagar muito. Ele entra logo no primeiro salário, segundo aquela coisa toda. Acontece, que aquele tempo vai passando, ele não vai fazendo nada, quando ele precisa de um benefício está num salário baixo. Então, ele diz que ganha uma ninharia. Mas ganha uma ninharia porque ele entrou sobre dois salários mínimos de contribuição. Se ele entrasse sobre dez salários mínimos, ele tinha que ganhar dez vezes sobre o salário mínimo. Essa discussão, que eles fazem na televisão, não sei mais o que. Isso é comprometido por isso. Porque é o instituto apesar de ser de seguro social é como uma companhia de seguro, ele dá o benefício em função do salário que o segurado contribui.

LO - Mas seu Severino, no caso da assistência médica, geralmente a pessoa que tem o salário mais baixo acaba precisando mais.

SM - Precisando mais.

LO - Não é? Quer dizer, a assistência médica é passível de um cálculo atuarial? É possível fazer cálculo atuário para a assistência médica?

SM - Não, nunca se fez. Mas acontece o seguinte: que a assistência média é feita pelos antigos serviços médicos dos institutos, e mais os hospitais conveniados com essa convenção, outros hospitais privados para atender aos segurados da Previdência Social. Outro dia estava discutindo aí com um camarada condenado porque a Previdência Social do Brasil não fez a implantação do fígado de um menino pequeno, não sei, porque a operação custa 250 mil dólares nos Estados Unidos. Ora, o Instituto não foi criado com condição financeira para fazer uma operação desse tipo, como nos Estados Unidos. Aqui não tem quem fizesse, mandar 250 mil dólares de custo. Como é que ele ia fazer isso? Não podia.

LO - Então, para funcionar o instituto não pode ser uma empresa de seguro privado, não é?

SM - Não, não pode ser uma empresa... Acontece que hoje, no tempo de General Geisel foi criada a Previdência privada das empresas, isso é uma espécie de um institutozinho paralelo ao instituto brasileiro, e dá maiores benefícios, porque são empregados de grandes empresas, que fazem o seguro nessas empresas de instituto privado, de Previdência privada.

LO - Senhor Severino, eu vou voltar uma coisa, o senhor falou que não pode fazer, não é possível fazer cálculo atuarial para assistência médica.

SM - Não. Não é questão de, não é possível, é questão de que assistência médica não tinha uma experiência suficiente para que se fizesse um cálculo atuarial correto.

LO - Nenhum dos atuários brasileiros tinha essa experiência?

SM - Não tinha essa experiência não. Fizeram um plano de saúde aí que na minha opinião era um verdadeiro fracasso. Até eles entraram para dar o benefício de saúde, calculava se o sujeito tinha automóvel, se não tinha, essas coisas todas, para poder ter condições. Era, eu não me lembro mais como era esse plano. Mas a questão, esse plano não tinha eficiência como não... E foi também derrubado... A melhor coisa mesmo, ainda quem tem é o INAMPS. O INAMPS,

porque o INAMPS reuniu os serviços médicos e hospitais dos institutos, e teve uma lei que deu-lhe condição de fazer convênio com os hospitais privados.

LO – Por que o convênio não era permitido antes?

SM - Não, não era permitido.

LO - Como é que se calculava a questão da assistência médica no IAPC, quer dizer, como é que o senhor calculava o quanto cobrar?

SM - Não, a assistência médica não era paga não.

LO - Mas ela de certa forma dentro da taxa de contribuição do segurado, tinha uma parcela para assistência médica?

SM - Tinha uma parcela para assistência médica, geralmente era assim. Era uma ordem pequena, essa coisa toda, 5% da contribuição assim...

LO - Uma parcela da contribuição era separada para assistência...

SM - Para assistência médica.

LO - E se as despesas com a assistência médica excedessem?

SM - Excediam, porque a assistência médica se não tiver um controle, ela não tem, não tem fim, não é? Vai exceder muito.

LO - Como é que se controlava no IAPC?

SM - Fazendo-se orçamentos, não é? Dando-se, para a assistência médica 5% da receita, não é?

GH - Entrava-se no orçamento anual...

SM - Da assistência médica.

GH - Do Instituto?

SM - Do Instituto, entrava-se.

GH - Os atuários participavam da feitura do orçamento.

SM - Não.

GH - Não?

SM - O orçamento era feito pela contabilidade.

GH - Contabilidade. O senhor se lembra quando é que foi? Foi com o hospital de Ipanema, do IAPC, foi comprado ou foi construído?

SM - Foi construído.

GH - Construído? O senhor se lembra quando?

SM - Lembro. No ano exato eu não sei, mas o ano exato eu não tenho não de memória assim, não, mas já era muito tempo. Eu sei que no tempo do governo João Goulart ele já tinha uns cinco ou seis anos.

GH - Cinco ou seis anos. Ela foi uma construção cara?

SM - Foi uma construção cara. O presidente do Instituto nesse tempo era um velho político cearense, que recebeu essa benesse para ser o presidente do instituto, porque não tinha outro lugar para dar a ele. Olavo de Oliveira, foi ele que inaugurou esse hospital.

GH - Agora, o terreno era do IAPC, ou foi comprado?

SM - O terreno era do IAPC.

GH - Era do IAPC, e tinha alguma coisa naquele lugar?

SM - Não, nada.

GH - Nada, era um terreno vazio?

SM - Vazio.

GH - Então, foi só o custo de construir o hospital.

LO - Voltando àquela história da assistência médica. Caso o instituto estourasse a verba orçamentária, o que acontecia? Para assistência médica.

SM - Primeiro: a verba orçamentária foi sempre estourada, e o Governo ia botando na parte... Até uma vez o Juscelino deu mais um bocado de verbas para o hospital, para cobrir as deficiências dos institutos, contanto que se fizesse em Brasília, tantas habitações, essa coisa toda. Mas o Instituto sempre marchou com a assistência médica sempre capenga, não é? Porque a assistência médica é muito cara.

LO - Mas o IAPC era conhecido por sua boa assistência médica, não é?

SM - É. Porque foi a primeira. E ela era dos bancários.

LO - Estourava, e o governo ia lá e bancava a diferença?

SM - Bancava, pagava a diferença, porque o governo ficava sempre devendo a sua contribuição. Até que afinal, aí o governo ditatorial, toda essa coisa, é que se conseguiu que a Previdência então, recebesse 5% da gasolina, que não se recebia, não é? Para a cota de Previdência.

GH - E aí que resolveu o problema orçamentário?

SM - Não resolveu o problema orçamentário, mas melhorou muito. Acabou um bocado do déficit que havia.

LO - O senhor falou que no governo do Presidente Médici, o senhor teve uma atuação na Previdência como diretor do...

SM - Não, espera aí.

LO - Departamento atuarial do INPS?

SM - Não, Departamento Atuarial do INPS não existia. O INPS foi fundado, e teve como chefe encarregado dessa distribuição de serviço, o doutor Corrêa Sobrinho. O doutor Corrêa Sobrinho disse que não precisava dos institutos mais de serviço atuarial, porque tinha o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, que resolveria todos os pontos que fossem necessários para o instituto quando o instituto precisasse. Então, acabou com os serviços atuariais de todos os institutos, fez o INPS apenas com uma coordenadoria de estatística. E eu fui para a coordenadoria de estatística nesse tempo, porque não tinha lugar para mim. Mas eu logo depois me aposentei. Eu me aposentei lá, mas não deixei de trabalhar, porque fui logo para o serviço do Ministério do Trabalho Atuarial do Ministério do Trabalho, depois para o Departamento... O Ministério da Previdência Social, onde me deram a Coordenadoria Atuarial de...

LO - Do Ministério da Previdência e Assistência Social?

SM - Previdência e Assistência Social.

GH - No tempo do IAPC o senhor se lembra quem... Indicação do presidente era feita, do presidente do instituto era pelo Presidente da República?

SM - É, era a escolha exclusiva do Presidente da República.

GH - O Sindicato dos Comerciários influía nisso?

SM - Procuravam influir, mas não conseguiam não.

GH - Não conseguiam?

SM - Não.

GH - Nunca teve um comerciário...

SM - Eu não sei se no tempo do João Goulart, não sei se aí conseguiram alguma coisa, mas aí já não havia mais IAPC.

GH - Mas e no cotidiano o senhor recebia os sindicalistas comerciários?

SM - Não! Nunca tive nenhuma, nunca tive na...

GH - Apareciam lá para reivindicar nada?

SM - Não, reivindicar não. Eu nunca tive contato com nenhum dos sindicalistas.

GH - Não?

SM - Não.

GH - Mas eles, mas em outros departamentos eles apareciam, no IAPC? Para pedir alguma coisa, não?

SM - Às vezes para pedir algumas vantagens, benesses, alguma coisa eles aparecessem.

LO - Mas lá no IAPC, no Departamento de Atuário o senhor não tinha nenhuma posição frente a essa situação em que o governo não pagava? Porque o governo nunca contribuía.

SM - Nós tomávamos, várias vezes protestamos junto ao governo por isso. Porque isso estava levando os institutos à breca. Sendo assim, o resultado final foi um déficit muito grande.

LO - O senhor fala, nós tomávamos atitude. Que tipo de atitude eram?

SM - Sempre reclamações, ofício, essas coisas todas.

LO - Os atuários em geral?

SM - Em geral o próprio Conselho Atuarial.

LO - O Conselho Atuarial dos Institutos?

SM - Não dos institutos, era do Ministério do Trabalho.

LO - Do Ministério do Trabalho. E o Conselho Atuarial dos institutos, eles tinham algum tipo de relação entre si?

SM - O instituto nunca teve Conselho Atuarial.

LO - Desculpe, o Departamento Atuarial dos Institutos, eles não tinham algum tipo de relação entre si, de articulação, para pressionar o governo, para pretender que o governo regularizasse aquela situação?

SM - Não, eles...

Fita 2 - Lado B

LO - Os ministros procuravam resolver o problema dos institutos com...

SM - Dentro das possibilidades.

LO - Mas não era um pouco dentro das possibilidades não pagar o que deve, não ter...

SM - Não. Isso não pagar o que deve, até hoje não se pagou o que deve, mas só agora, não é? Depois que se conseguiu a cota de Previdência nova, essas coisas todas. E chegaram mais dinheiro, chegou mais dinheiro do governo, não é?

LO - Porque normalmente era o contrário, o governo, a máquina do governo usava recursos da Previdência?

SM - Usava recursos da Previdência.

LO - Quando é que isso se acentuou? O senhor comparar assim, governo Getúlio, governo Juscelino, Jango e depois governo militares? Quando foi melhor para administrar a Previdência?

SM - Eu tenho a impressão que foi nos últimos tempos.

LO - Nos últimos tempos. Que o governo Juscelino, o senhor falou que deu muito dinheiro para a Previdência?

SM - Não, ele pagou muito dinheiro do que devia, o governo, mas com a condição de que aquele dinheiro fosse gasto em Brasília.

LO - Fossem feitas as inversões em Brasília?

SM - Inversões em Brasília.

LO - Isso teve algum ganho para Previdência?

SM - Teve.

LO - Foram boas essas inversões em Brasília?

SM - Foram boas as inversões.

LO - O senhor também é engenheiro, e trabalhou na área de avaliação de imóveis, compra e venda, e tal.

SM - Trabalhei sim.

LO - Como é que o senhor avalia essa situação dos imóveis da Previdência Social. Quer dizer, o que aconteceu com esses imóveis, no caso do IAPC? Compras...?

SM - O IAPC tinha muitos imóveis, mas agora está tudo no IAPAS^{5*}. O IAPAS é o dono dos imóveis restantes dos institutos todos.

LO - Quem que comprava os imóveis para o IAPC?

SM - O presidente.

^{5*} IAPAS: Instituto de Administração Financeira

LO - O presidente escolhia no olho?

SM - Não, lá tinha uma seção de engenharia, que indicava essas coisas todas. Aparecia sempre uns camaradas que ofereciam.

LO - Eram bons negócios?

SM - De algum modo sim, de algum modo não.

LO - Por que, doutor?

SM - Porque sempre se fazia tramoia nessas coisas, comprava-se mais caro, dizia-se à língua pequena. Eu não sei, eu não participava disso.

GH - O IAPC construiu conjuntos habitacionais para os comerciários?

SM - Construiu vários conjuntos habitacionais. Inclusive um, que até hoje eu não sei qual foi o destino dele. Era um de casa amarela em Pernambuco. Uma vez eu fui visitar na administração do IAPC naquele tempo, que era uma administração paritária de empregadores e empregados, e essa coisa toda. E já houve uma administração do Conselho Administrativo paritária.

LO - Depois da Lei Orgânica.

SM - Depois da Lei Orgânica. E esse conjunto estava todo ocupado pelos segurados daquela zona. Não sei se segurados, e pessoas que invadiram aquilo tudo. Era um verdadeiro problema social de procurar a integração de pontos desse terreno. Foi tudo construído.

GH - O senhor é pernambucano?

SM - Sou.

GH - E o senhor estou a vida toda em Pernambuco, ou como é que o senhor?

SM - Não, estudei, me formei em engenharia em Pernambuco, em 1933.

GH - [19]33?

SM - É. E depois vim para o Rio para me casar, e logo entrei para a Previdência, porque eu me dava com o doutor Agamenon Magalhães. E naquele tempo eu queria um lugar de engenheiro, mas o Agamenon me chamou, disse: “Olha, lugar de engenheiro não tem. Mas aí há um negócio de serviço atuarial, essa coisa toda”.

GH - Tinha que saber matemática?

SM - É, tem que saber muita matemática, o senhor deve sair-se bem. Mas logo depois veio o concurso do Ministério do Trabalho, e eu entrei.

GH - Agora, a sua família de Pernambuco era ligada à família do Agamenon, ou não, era amizade pessoal?

SM - Não, meu pai se dava com ele, mas não era por isso que ele me deu. Ele queria uma pessoa do Ginásio Pernambucano, e eu estudei no Ginásio Pernambucano, e fui aluno dele.

GH - O senhor foi aluno dele?

SM - Fui aluno dele.

GH - E ele dava aula de quê?

SM - De geografia.

GH - Geografia. O seu pai era professor também?

SM - Não. O meu pai era senhor de engenho.

GH - Senhor de engenho?

SM - É.

GH - Mas de que região? De Pernambuco?

SM - Pau D'Alho.

GH - Pau D'Alho. Mas ele chegou a ser candidato a alguma coisa em Pernambuco, tinha ligação com...

SM - Não, ele foi, no tempo do Rosa e Silva ele foi deputado estadual.

GH - Foi deputado estadual.

SM - E foi até presidente da Câmara no tempo do Rosa e Silva. Mas ele...

GH - Qual o nome dele?

SM - É Antônio Severino Montenegro.

GH - Antônio Severino Montenegro.

SM - É. Depois que o Hermes da Fonseca interveio em Pernambuco e nomeou o Dantas Barreto e afastou o Rosa e Silva. O Hermes da Fonseca como militar gostava de fazer essas intervenções. E afastar aqueles políticos, ele achava que eram carcomidos e botar outros... Ele deixou a política e nunca mais se meteu.

GH - Nunca mais se meteu?

SM - Nunca mais se meteu.

LO - E o senhor teve algum posicionamento político?

SM - Política nenhuma.

LO - Não?

SM - Posicionamento político nenhum.

LO - Nunca pertenceu a partido nenhum?

SM - Nunca pertenci a partido algum.

LO - É, não tinha uma época em que era bom ser do PTB^{6*} para subir na Previdência, para ter cargo?

SM - É, mas o serviço atuarial ficava livre dessas coisas, de ser do PTB. Basta dizer que o pessoal do PTB não conhecia o que era atuário, e nem sabia o que era atuário. De modo que entravam administrações do PTB, e a parte de serviço atuarial não era mexida, não é?

LO - O senhor acha que era muito técnica...

SM - Era muito técnica, mas sempre fiquei lá.

LO - O senhor participou inclusive da direção colegiada no IAPC, não é?

SM - Participei.

LO - No período do Governo João Goulart.

SM - Participei sim.

LO - Como é que era essa experiência...

SM - Não, não era do João Goulart não.

LO - Foi do Juscelino?

SM - Foi do Jânio Quadros.

LO - Jânio Quadros.

SM - Jânio Quadros.

LO - Como é que era essa experiência de o senhor ter que trabalhar junto com trabalhadores comerciários?

SM - Não eram trabalhadores não. Ali eram representantes das corporações de comércio, e de pessoal também dos empregados. Tinha dois de empregador, dois de empregadores para fazer o Conselho com um do governo.

^{6*} PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

LO - E o senhor era o representante do governo?

SM - Não.

LO - O senhor era...

SM - Não, eu fui representante do governo um tempo só, porque o outro representante do governo saiu, e o presidente do instituto, que era o representante dos empregadores conseguiu do Jânio Quadros a minha nomeação.

LO - O presidente, o representante dos empregadores? Conseguiu a nomeação do senhor?

SM - Dos empregadores, ele gostava de mim, essa coisa toda, achava que eu tinha capacidade para fazer parte desse Conselho Administrativo, que eles governavam em forma de Conselho administrativo. E cada ano um deles era o presidente do instituto.

LO - Isso funcionou?

SM - Mais ou menos. Não foi nem pior nem melhor do que qualquer presidente de instituto. Os presidentes do instituto eram muito ligados às vantagens que o cargo oferecia assim.

LO - E esse tipo de administração colegiada permitia um certo controle maior...

SM - Permitia um certo controle maior.

LO - E administrar junto com representantes dos empregados, como é que é o negócio, representante dos comerciários, funcionava?

SM - Não, aquele pessoal todo, já tinha o Conselho Fiscal do IAPC, e foram nomeados no tempo do Juscelino, para o Conselho Administrativo. E já estava tudo... Tanto fazia empregado como empregador, tudo era unido demais. Tanto assim que eles fizeram, quer dizer, um acordo, primeiro foi o doutor Monteiro da Cruz, que era representante dos empregadores; segundo foi um do Rio Grande do Sul, que era representante dos empregadores; depois vieram representantes dos empregados. Esse último dos empregados não chegou a tomar posse porque veio uma Revolução aí, que eu não sei qual é lá... O golpe, um desses golpes aí. E não chegou a tomar posse.

LO - Eles foram perseguidos depois com esse golpe?

SM - Foram perseguidos. Foram perseguidos porque havia funcionários muito ligados ao Carlos Lacerda, aquelas coisas todas, e que acharam que tinham direito de tomar conta do instituto, essa coisa. Mas não tomaram conta não. E então, denunciaram eles.

LO - Os funcionários ligados ao Carlos Lacerda...

SM - Lacerda.

LO - Denunciaram os outros.

SM - Denunciaram os outros.

LO - E denunciaram de quê? Dizendo o quê?

SM - Diziam que havia marmita nesse negócio todo, sei lá. Eu nunca prestei atenção a isso não.

GH - Agora, quando da unificação, em 1967, o pessoal do IAPC foi a favor de unificar todos os institutos?

SM - Foi. Essa unificação foi feita, foi todo mundo a favor.

GH - Todo mundo a favor?

SM - Todo mundo a favor. Era necessária porque havia institutos como o IAPI^{7*}, que já estava num regime de deficiência muito grande...

GH - Era a única solução?

SM - Era a única solução se unificar. Os únicos institutos que estavam mais ou menos equilibrados eram o IAPC e IAPB, os Comerciais e os Bancários, o resto estava com muita deficiência, muito ruim.

GH - Estava ruim. Qual era o pior deles? Que estava mais...

SM - Marítimos.

GH - Marítimos?

SM - Marítimos.

GH - Agora, uma pergunta só: por que, por exemplo, marítimos, o IAPETC^{8*}, o IAPI eram os que estava desequilibrados. Porque na unificação, de repente é o pessoal do IAPI mesmo que vai lá, e comanda isso...

SM - Porque o...

GH - Se era o pessoal que estava... Se o instituto dele estava desequilibrado.

SM - Isso era uma questão política. Foi nomeado para tomar conta da fusão o doutor Corrêa Sobrinho, que tinha sido presidente do IAPI. E ele controlou a fusão para o lado do IAPI.

GH - Então, esse seria assim, o motivo...

SM - Por esse motivo o IAPI tomou conta. Tanto assim, que logo depois, quando veio o Nascimento e Silva para Ministro da Previdência Social, o Corrêa Sobrinho já foi para o gabinete dele, e ele já nomeou gente do IAPI para vários cargos do seu gabinete.

^{7*} IAPI: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

^{8*} IAPETC: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte de Cargas.

GH - Então, foi na verdade o Corrêa Sobrinho.

SM - Corrêa Sobrinho.

GH - Foi quem trouxe?

SM - É.

GH - Porque consta que são técnicos muito bons também.

SM - Da onde?

GH - Pessoal do IAPI?

SM - O pessoal do IAPI era um pessoal concursado, geralmente tinham muito bons técnicos.

LO - Mas o senhor acha que eles foram beneficiados com a unificação da Previdência?

SM - O instituto?

LO - O instituto.

GH - O pessoal do IAPI.

SM - Não, o pessoal do IAPI não. Aí foi mais ou menos... Tudo foi por igual. Mas o instituto ficou melhor administrado, funcionou melhor quando ele foi, na minha opinião, quando ele se juntou do que qualquer instituto isolado.

LO - Mas não é um pouco contraditório, por que nesse momento também deixa de ter a figura do Departamento de Atuários no Instituto?

SM - Sim.

LO - Não é?

SM - Mas isso aí já foi um erro do Corrêa Sobrinho. O Corrêa Sobrinho achou que não precisava mais.

GH - Pessoal atuário não gritou, não? Como é que era?

SM - Mas que pessoal atuário era do Ministério do Trabalho, dos institutos era um só cargo.

LO - Era um só em cada instituto?

SM - Em cada instituto. E geralmente era do Ministério do Trabalho também.

GH - Emprestado.

SM - Emprestado.

LO - Mas os atuários perderam importância depois da unificação?

SM - Perderam importância porque a orientação do doutor Corrêa Sobrinho era uma orientação à margem de atuários. Ele não...

LO - Como?

SM - Ele achava que não havia razão para ter atuariado no instituto.

LO - Mas deu certo o plano dele, não deu?

SM - Deu.

LO - Então, será que ele tinha razão? Não precisava de atuário?

SM - Não, porque tinha no Ministério do Trabalho que fazia, não é? O atuariado do Ministério do Trabalho trabalhou muito pouco enquanto tinha atuários no instituto, não é?

LO - E ganhou importância depois...

SM - Ganhou importância com isso.

LO - O senhor foi para o Ministério do Trabalho?

SM - Fui para o Ministério do Trabalho.

LO - Foi trabalhar...

SM - Fui.

LO - No serviço de atuário.

SM - No serviço de atuário, serviço atuarial, fui diretor do serviço atuarial do Ministério do Trabalho no tempo do Júlio Barata.

LO - O senhor era, dentro desses atuários, o senhor era uma das figuras de proa desses atuários?

SM - É, porque eu participei de vários congressos, sempre fui um indivíduo que estudou muito.

GH - O senhor viajou muito?

SM - Viajei.

GH - Para o exterior?

SM - Para o exterior. Eu representei, defendi várias teses de Previdência Social em Londres, em Paris.

LO - Da Organização Internacional do Trabalho?

SM - Da ISS, da Organização Nacional de Seguridade Social.

GH - De Seguridade Social. E era importante esses congressos, o senhor trazia alguma experiência boa para o Brasil?

SM - Trazia sempre alguma coisa nova?

LO - Por exemplo, alguma coisa foi trazida desses congressos, e foi implantada na previdência brasileira?

SM - Não, eu acho que o congresso era mais para reunir o sistema previdenciário mundial de coisa, e fazer o conagraçamento, de que propriamente para apresentar novidades.

LO - Tinham coisas muito diferentes, em termos de Previdência no mundo estava se fazendo coisas muito diferentes do que havia no Brasil.

SM - Eu cheguei a ter aí na biblioteca também coisas que eu dei, emprestei esse livro aí, a não sei quem, e não voltou. Um livro da Previdência Social no mundo, quer dizer, e dava as diferenças que havia entre Brasil e Estados Unidos, Inglaterra.

LO - Talvez o senhor esteja falando daquela publicação da Fundação Getúlio Vargas, a Previdência Social no Brasil e no mundo?

SM - É, mas eu não sei se é...

LO - No Brasil e no estrangeiro?

SM - É. E por aí o senhor podia comparar os sistemas brasileiros com os estrangeiros. O que se pode verificar é que não havia uma diferença muito grande nisso. E os coeficientes de cálculo de benefícios, que sempre se falou mal daqui, e os daqui sempre foram maiores de que, por exemplo, dos Estados Unidos, da Inglaterra e outros.

LO - O que é isso? Um coeficiente de cálculo de benefícios?

SM - Isso não pode... A pensão é 80% do salário de 36 meses, essa coisa toda, coeficiente de cálculo de benefícios. Os daqui sempre foram mais altos do que de certos países importantes da Europa.

LO - E o que permitia que o daqui fosse mais alto do que dos países da Europa?

SM - Nós fizemos o cálculo aqui, e achamos que devia dar assim, um pouco mais alto. Mas isso não significava que o benefício fosse mais alto aqui, porque aqui o salário era muito baixo também.

GH - O salário...

LO - Mas isso não tornava mais cara a Previdência aqui, ou mais difícil de ter equilíbrio atuarial?

SM - Tornava. Mas é por isso que se fazia sempre, constantemente avaliação atuarial dos institutos.

LO - O senhor falou que a avaliação era feita de três em três anos.

SM - Não, isto já foi um critério meu. Eu não sei como era nos outros. E eu que fazia de três em três anos. Fazia um censo dos comerciários, baseado nesse censo eu avaliava os compromissos futuros de atuário do instituto, e a receita de prováveis.

LO - Esses dados, de censo feito a cada três anos pelo IAPC, eles estão guardados em algum lugar, existem esses dados, estão disponíveis?

SM - Olha, eu mesmo tinha um desses do IAPC, mas se o senhor me pedir para procurar nessa biblioteca onde ele está, eu não sei.

LO - O senhor falou também que o senhor havia trabalhado na confecção da legislação para o trabalhador rural no período do governo Médici.

SM - É.

LO - Não é?

SM - É verdade.

LO - O senhor poderia falar um pouquinho como é que foi isso?

SM - Havia um consenso geral, que o trabalhador rural tinha que ter alguma coisa. Então, o pessoal do Ministério do Trabalho que estava ligado à Previdência, achou que se devia fazer um Plano para o trabalhador rural. Um plano inferior ao Plano Geral para os segurados de um modo geral.

LO - Tinha que ser inferior?

SM - Tinha que ser inferior porque o trabalhador rural não pagava nada, ele recebia apenas o valor da folha e não sei não, uma percentagem dada pelos empregadores rurais. E só isso. Não tinha mais nada. De modo que os recursos eram muito limitados. De modo que não podia ser. Mas que foi importante foi, porque os empregados rurais não tinham nada, de repente eles passaram a ter metade do salário mínimo. E apesar de o salário mínimo ser pequeno, um empregado desse com metade do salário mínimo era mais importante do que muito trabalhador da localidade.

LO - Isso, os cálculos atuariais foram feitos pelo senhor, o senhor estava no serviço atuarial do Ministério do Trabalho?

SM - Lá, quando foi...

LO - Agora, isso, eles começaram prestando também assistência médica em alguns hospitais...

SM - Precisaram. Mas a assistência médica era dada de outra forma, não sei como era, não era uma assistência médica dada como a do IAPC ou do IAPI não...

LO - Tinham uns poucos pequenos hospitais?

SM - Poucos, pequenos hospitais. Faziam um sistema de...

LO - Senhor Severino, o IAPC tinha essa assistência médica através de convênios, ele fez algum tipo de convênio?

SM - De assistência médica?

LO - É.

SM - Fez.

LO - Como é que eram os convênios do IAPC?

SM - Convênios de escolher um hospital aí, e concordar com eles de atender os segurados que fossem mandados para lá, mediante pagamento do determinado serviço.

LO - Até, a partir de quando houve esses convênios, o senhor lembra? Antes da fusão, antes da direção colegiada?

SM - Antes da direção colegiada, mas acontece o seguinte: isso foi mesmo importante depois da fusão. Aí que o instituto passou a ter outra organização, aí criaram o INAMPS, o IAPAS, esses outros institutos.

LO - Gilberto?

GH - O senhor se lembra quais eram os problemas de saúde mais comuns dos comerciários, que levavam...

SM - Quando eu entrei para o Instituto dos Comerciários o problema de saúde mais comum por lá era a tuberculose pulmonar aberta.

GH - É?

SM - É. Representava 60% e tantos dos benefícios concedidos por aposentadoria.

GH - Quantos?

SM - 60 e tantos %.

GH - Nossa!

SM - Era a tuberculose pulmonar aberta. À proporção que houve a guerra, depois fizeram os antibióticos, essa coisa toda, foi diminuindo extraordinariamente. E já nos últimos anos, já a tuberculose pulmonar aberta já não representava mais que 18%.

GH - Mas aí tinha algum outro problema, que também custava muito ao instituto em termos... Algum problema, outro problema de saúde?

SM - Não, isso sendo aposentado por aposentadoria. Tinha que ser aposentado pelo coração, tinha que ser aposentado por qualquer outra doença, que começou a aumentar.

GH - Tinha perícia médica?

SM - Perícia médica sim. Todo benefício era dado por perícia médica.

GH - Agora, o IAPC tinha algum sanatório de tratamento de...

SM - Tinha.

GH - De tuberculose?

SM - Tinha.

LO - Era muito caro o tratamento da tuberculose?

SM - Não sei, não tenho ideia.

LO - Mas o IAPC gastava boa parte dos recursos médicos?

SM - Ele gastava sim.

LO - O senhor está cansado?

SM - Não, eu tenho um soluço que me dá de vez em quando, eu passo 48 horas com soluço. Ninguém deu jeito nisso.

LO - Tem alguma pergunta, Gilberto?

GH - Não, pode parar.

LO - Vamos?

SM - Olha, eu peço muitas desculpas por não ter...

LO - Não, nós...

GH - Nós que agradecemos ao senhor...

SM - E mais, mais correto de coisa.

GH - Porque o senhor...

SM - E posso ter me enganado em alguma coisa aí, porque também minha memória parece que se perdeu toda. Perdeu-se. Eu fui uma pessoa de grande memória, de memória mesmo, e

que perdi ela no tempo. Eu sabia, eu estudei literatura, colaborei até em jornais do Comércio, se esforçou para fazer artigo literário. E eu sabia, por exemplo, realmente as poesias que eu gostava mais, eu sabia quase elas todas de cor. E hoje eu faço um discurso para recitá-las novamente.

GH - O senhor gosta muito de poesia?

SM - Gosto muito de poesia.

GH - Alguma coisa em especial?

SM - Não. Eu era mais pela poesia clássica. Eu nunca fui... Nunca diria um modernismo, do qual o grande chefe foi o doutor Carlos Drummond de Andrade, que morreu agora.

GH - Mas...

LO - Um pernambucano, gosta de poesia, não gostar de política, não gostar de fazer discurso, não é possível.

SM - Não, mas discurso eu fazia. Fazer discurso eu fazia. Eu fazia discurso, eu, por exemplo, lá quando havia uma solenidade, alguma coisa, sempre quem fazia o discurso era eu. E eu fui o orador da minha turma de engenheiro, quer dizer, e todos os discursos de pessoas que entravam, essa coisa toda, lá, realmente o encarregado de fazer o discurso era eu.

LO - No IAPC também?

SM - No IAPC, no Ministério não, no Ministério tinha outro já.

LO - Quer dizer, no IAPC quem respondia era o senhor nas homenagens...

SM - Homenagens, essas coisas todas.

LO - O Presidente da República visitava o IAPC?

SM - Não. Só uma vez, no tempo do Marechal Dutra, mas ele não visitou o IAPC, ele visitou a convite do presidente do IAPC Doutor [...] ^{9*} um serviço que estava sendo inaugurado no Estado do Rio, ele esteve lá. Mas eu nunca tive um presidente da República num Instituto de Previdência Social.

LO - Um serviço médico?

SM - Um serviço médico da...

LO - Posto de serviço médico?

SM - É.

^{9*} Apesar da ininteligibilidade do nome, provavelmente o entrevistado se refere ao Remy Archer.

GH - Onde é que era o IAPC no Rio de Janeiro?

SM - O IAPC começou na Avenida Rio Branco, 46, prédio das Docas de Santos; depois mudou-se ali para um prédio na Avenida Beira-Mar; e depois construiu o seu prédio, prédio hoje que está o INAMPS, aquele prédio...

GH - Pedro Lessa?

SM - É, não, do Pedro Lessa...

GH - Da Rua México?

SM - Da Rua México.

GH - Aquele prédio era o IAPC?

SM - Era o prédio do IAPC.

GH - Um prédio grande?

SM - Um prédio grande, muito grande, muito bem feito.

GH - Ele foi construído pelo IAPC?

SM - Foi construído pelo IAPC.

GH - Terreno também...

SM - O terreno, foi dada uma parte pela Prefeitura do Distrito Federal, e a outra parte o Instituto já tinha comprado.

LO - O que o senhor acha que ficou da experiência do IAPC, quer dizer, o INPS é marcado pela experiência do IAPC?

SM - É marcado sim. O IAPC sempre foi o instituto que esteve na frente dessa coisa toda. O IAPI apesar de todos os funcionários bons que ele tinha, essa coisa toda, foi feito depois e sempre andou mais atrasado nessas coisas. Serviço médico não tinha.

LO - Por que o IAPC tinha serviço médico e o IAPI não tinha?

SM - Porque quando nós fizemos a reforma do Regulamento do IAPC em 1940, nós incluímos o serviço de assistência médica nessa parte, baseado numa percentagem a ser cobrada, tirada da contribuição dos empregados e empregadores.

GH - Como é que é esse negócio, essa reforma do serviço médico de 1940?

SM - Não, não foi reforma do serviço médico não, foi reforma do...

GH - Do instituto.

SM - O instituto, tinha um regulamento muito atrasado, muito velho, muito roceiro, foi um regulamento da Fundação. Então, em 1940 o Ministro era o Valdemar Falcão. Ele nomeou uma comissão para reformar o regulamento do instituto, foi o Decreto 5493.

LO - Mas por quê? Alguém tinha pedido, os comerciários pediam ou...

SM - Os comerciários pediam. Ele foi, esse regulamento foi muito melhor, tanto para os segurados como para os funcionários do...

LO - Aí esse regulamento instaurou a assistência médica desde que houvesse uma contribuição suplementar?

SM - Não, desde que houvesse a contribuição suplementar, mas a contribuição suplementar já estava estabelecida lá, era uma parte tirada da contribuição do empregado e do empregador.

LO - Não houve um acréscimo de contribuição?

SM - É, não houve. Mas dentro da assistência médica não era feita em sentido total, como é hoje. Era dentro das possibilidades também do instituto. Ela prestava também dentro das possibilidades do Instituto. Mas construiu-se hospital em outros estados.

LO - O senhor fez parte dessa comissão de reforma do regulamento?

SM - Fiz.

LO - Tinha médicos nessa comissão também?

SM - Tinha médicos: Fioravanti di Piero, e outros médicos.

LO - O Doutor Fioravanti que mais tarde vem a ser do Departamento, do Conselho de Recursos da Previdência Social?

SM - É.

LO - Ele tinha uma relação muito estreita com o IAPC?

SM - Não. Ele tinha relação do IAPC que se ligava a ele lá pelo Ministério de...

GH - Os funcionários do IAPC utilizavam os serviços médicos dos institutos?

SM - Utilizavam.

GH - O senhor chegou a utilizar?

SM - Eu cheguei a utilizar.

GH - Era bom?

SM - Era bom. Eu cheguei a utilizar, eu fui operado dos rins no Hospital do IAPC em Ipanema.

GH - Tudo gratuito?

SM - Tudo gratuito. E foi uma coisa engraçada, porque eu passei a ter cálculo de ácido úrico, e chegou uma vez, que eu estava tendo cálculo toda semana.

GH - Toda semana?

SM - Toda semana tinha um cálculo. Tomava lá os remédios, aquela coisa toda, expelia o cálculo. Até que um deles ficou preso no rim, e não quis sair.

Fita 3 – Lado A

SM - O cálculo do rim, eu nunca mais tive um cálculo renal, estava tendo um por semana. Não sei porque, que milagre foi esse.

LO - Não eram bons médicos então, que trabalhavam lá.

SM - Não, não eram bons médicos isso, tinha bons médicos. Mas o que acontece é o seguinte: isso aí não foi de lá do médico, foi qualquer coisa, que ele mexeu lá no rim, que o rim naturalmente estava fazendo uma pressão lá [...], qualquer coisa toda, e fazia o ácido úrico inútil, tanto se forma o cálculo, porque é rapidíssimo, criava o cálculo e saía. Naturalmente quando ele operou, ele deu mais abertura e isso... Qualquer coisa disso...

GH - Tinha boa aparelhagem o hospital, o senhor se lembra?

SM - Tinha boa...

GH - Era bem equipado?

SM - Bem equipado.

GH - Mas equipamento comprado no exterior, numa boa?

SM - Comprado no exterior.

GH - Raio X... Toda...

SM - Raio X.

GH - Então, era realmente um bom...

SM - Um bom hospital.

GH - E os funcionários tinham os mesmos direitos dos...

SM - Dos segurados.

GH - Dos segurados.

SM - Dos segurados. O IAPI tinha uma assistência patronal, porque ele não tinha serviço médico próprio, criou uma assistência patronal. A assistência patronal foi aumentada, ampliada e estendida a todos os funcionários de todos os institutos. E a assistência patronal funciona ainda hoje à maneira desses planos da Golden Cross, essas coisas todas assim. Tem um negócio de catálogo de médicos, coisa que o sujeito escolhe, e são associados da assistência patronal, o pessoal que vai no consultório dele, e tudo.

LO - E o IAPC não precisava disso não, o IAPC parece que não precisava de um... Tinha uma assistência médica que dava conta...

SM - É, dava conta. E aliás a assistência médica do IAPC era muito boa em vários estados. O Hospital São Paulo também é muito bom.

LO - Ele tinha hospital em todos os estados?

SM - Quase todos os estados.

LO - Pernambuco tinha um bom hospital?

SM - Também tinha um bom hospital. Mas o de São Paulo era muito bom.

LO - O de São Paulo o senhor se lembra o nome do hospital do IAPC de São Paulo?

SM - É difícil...

LO - Agora, tinha problema de filas no IAPC, comerciário reclamando, isso sempre existe na Previdência.

SM - Isso existia sempre, não é? Porque a procura era muito grande. E o Instituto não podia oferecer aquilo tudo de uma vez.

LO - A cobrança é, quer dizer, era fácil, os comerciários e empresários, comerciantes, eles eram cobrados, pagavam regularmente as suas cotas?

SM - Pagavam.

LO - O IAPC tinha um sistema...

GH - Porque é sempre é problema, cada lojinha, devia ser difícil.

SM - É, mas tinha fiscalização muito boa.

GH - Era boa?

SM - Boa.

GH - Já pensou, ir atrás de cada lojinha do Rio de Janeiro e São Paulo?

SM - É. Sim, não sei se ia atrás de cada lojinha, mas a arrecadação do Instituto sempre correspondeu às previsões; nunca foi inferior às previsões.

LO - Mas as previsões contavam também com uma certa sonegação.

SM - É, certa sonegação sim.

LO - Agora, o senhor falava, arrecadação do Instituto correspondeu às previsões. A parte dos empregados e a dos empregadores, porque a do governo nunca correspondia às previsões.

SM - Do governo não. O governo não pagava absolutamente cota nenhuma.

LO - Mas quando se fazia a previsão, o senhor contava com a parte do governo?

SM - Não.

LO - Já tirava ela fora?

SM - Já tirava ela fora. Havia uma cota de Previdência muito pequena ainda que entrava, Loteria Federal, essas coisas assim. Mas era muito pequena, a maior era a da gasolina, que nunca foi dada ao Instituto, e só foi dada no governo, no General Geisel; o Nascimento e Silva conseguiu.

LO - Doutor Severino, e a Lei Orgânica da Previdência Social, o que ela representou para o senhor, a LOPS aprovada?

SM - A LOPS melhorou muito, porque unificou todos os planos de benefícios, unificou as contribuições, e ficou mais ou menos para todo mundo a mesma coisa.

GH - Agora, dava para ser igual ao IAPC, com o IAPB e o IAPI em relação de... Uniformizou, todos o mesmo plano.

SM - É, tudo o mesmo plano. Não dava, mas aí já se contava com que o DNPS^{10**} fizesse uma distribuição mais equitativa, de renda para acertar essa coisa. Mas quando houve a fusão para o INAMPS, para o INPS de todos os institutos, praticamente estava em regime totalmente deficitário, o IAPI, o IAPM^{11***}, e um pouco do IAPETC.

LO - Agora, o IAPC foi beneficiado com a Lei Orgânica da Previdência Social? Foi prejudicado?

SM - Não, nunca prejudicado.

LO - O que o IAPC tinha uma situação relativamente estável, uma situação interior estável.

SM - Tinha sim, mas não prejudicou não. A Lei Orgânica foi feita de uma maneira tal, que não prejudicava não, ela melhorou a forma de conceder benefícios, e outras coisas importantes em relação à concessão, esse negócio todo. Modificou a parte de benefícios.

^{10**} DNPS: Departamento Nacional de Previdência Social.

^{11***} IAPM: Instituto Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

LO - O senhor participou da elaboração da Lei Orgânica em algum momento?

SM - Não.

LO - O senhor acompanhou a discussão da Lei Orgânica no congresso?

SM - Não.

LO - Não participou nem de...

SM - Quem participou da Lei Orgânica foi o doutor Moacyr Velloso [Cardoso de Oliveira]. Participou da comissão que fez a Lei Orgânica dos institutos.

LO - No IAPC quem acompanhava essa questão da Lei Orgânica, havia algum representante do IAPC?

SM - Não havia representante do IAPC nenhum.

LO - E o senhor teve alguma oportunidade de conversar com o doutor Moacyr?

SM - Ah, tive várias.

LO - Sobre a Lei Orgânica?

SM - Sobre a Lei Orgânica.

LO - E o senhor colocava o que o IAPC esperava da Lei Orgânica?

SM - É, exatamente.

LO - E o que era que o IAPC esperava?

SM - Não, a Lei Orgânica já foi o resultado da unificação de benefícios e contribuições feitas pelo serviço atuarial do Ministério do Trabalho no Conselho Actuarial. Isso foi feito em janeiro de [19]41 ou [19]42, a Lei Orgânica já vem como consequência disso. Como o outro não foi para a frente, ela depois teve a oportunidade de marchar, mas se baseou muito nesse plano do...

LO - De unificação dos benefícios?

SM - Dos benefícios e contribuições da Previdência Social, feito pelo Conselho Actuarial.

LO - Senhor Severino, a gente agradece muito a dedicação que o senhor nos prestou nesse pequeno depoimento. Esperamos encontrá-lo novamente com força para poder continuar essa conversa.

SM - Isso é que eu não sei.

LO - Hoje é dia 24 de agosto de 1987. Nós estamos na residência do professor doutor Severino Montenegro, dando continuidade a esse Projeto de Memória da Previdência, Convênio FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, INAMPS.

GH - Eu desligo...

SM - A minha...

LO - Eu queria anotar a presença do Gilberto e do Luiz Octávio, os dois pesquisadores presentes.

Fita 3 – Lado B (Não tem gravação)